



1290004658



FE

UNICAMP

TCC/UNICAMP C157L

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

André Maurício Ferraz de Campos

Licenciados em Ciências Sociais:
dissonância entre campo de conhecimento e mercado de trabalho.

Campinas, 2009.

UNICAMP - FEA - DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

André Maurício Ferraz de Campos

Licenciados em Ciências Sociais:
dissonância entre campo de conhecimento e mercado de trabalho.

Monografia apresentada a Faculdade de
Educação da Unicamp. Para obtenção
de título de Bacharel em Pedagogia, sob
orientação da Profa. Dra. Aparecida Neri
de Souza.

Campinas, 2009.

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA	FCC/Unicamp
	C157L
V:	EX:
Tombo:	4658
PROC.:	134110
C:	D: x
PREÇO:	11,00
DATA:	09/04/10
CÓD TÍTULO:	474711

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

C157L

Campos, André Maurício Ferraz de.

Licenciados em Ciências Sociais : dissonância entre campo de conhecimento e mercado de trabalho / André Maurício Ferraz de Campos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Aparecida Neri de Souza.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Licenciatura. 2. Ciências Sociais. 3. Ensino. 4. Mercado de trabalho. 5. Formação profissional. 6. Trajetórias. I. Souza, Aparecida Neri. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

09-022-BFE

Dedico este trabalho a minha esposa Mara e ao meu filho Vinícius. Obrigado pela colaboração, compreensão e atenção.

Agradeço a minha orientadora Profa.
Dra. Aparecida Neri de Souza pela
atenção dedicada.

Resumo

Este trabalho de conclusão do curso de pedagogia tem por objetivo analisar as trajetórias e a construção de identidades dos professores formados em Ciências Sociais, mas que ministram aulas em disciplinas fora de sua área de formação. Se o campo de conhecimento e a formação profissional são fundamentais para construir a concepção de pertencimento a um grupo profissional, como podemos compreender a constituição de processos identitários de professores? As dimensões pessoais e profissionais se interpenetram e interferem na construção de pertencimento aos grupos profissionais, assim é necessário compreender como as trajetórias dos professores. A pergunta que orienta este trabalho é como os formados em Ciências Sociais (licenciatura) se inserem no mercado de trabalho no campo de ensino, em que não há (havia) aulas de sociologia para serem ministradas. Os formados que se encontram trabalhando numa escola – seja ela pública ou privada – constroem que percursos profissionais para se manterem no mercado de trabalho? O fato de não ministrarem aulas de sociologia apresenta que reflexos na construção de identidades profissionais? A partir dos questionamentos sobre as trajetórias profissionais dos licenciados em ciências sociais foi selecionada uma amostra de três professores formados em ciências sociais que estão lecionando disciplinas fora de seu campo de conhecimento. Trabalhou-se com depoimentos orais de professores que ministram aulas em instituições escolares públicas e ou privadas da cidade de Campinas.

Palavras-chave: Licenciados em Ciências Sociais; Mercado de trabalho no campo do ensino; Trajetórias profissionais; Trajetórias de formação profissional

Abstract

This conclusion work of the Pedagogy Course aims to analyze the pathways and the construction of teachers identities graduated on Social Sciences that teach subjects outside their graduation area. If knowledge and professional education are crucial to build the conception of belonging to a professional group, how can we comprehend the constitution of identity process of teachers? The personal and professional dimensions are connected and they interfere at the construction of belonging to professional groups, making necessary to understand the teachers' pathways. The question that orients this project is how people graduated on Social Sciences (Bachelor's degree) insert themselves into the work market of education, where there are no (were no) sociology classes to be taught. From the questions about the career paths of graduates in social sciences has been selected a sample of three teachers trained in social sciences who are teaching subjects outside their field of expertise. Worked with oral testimonies of teachers who teach in educational institutions and public or private schools in Campinas.

Key words: Graduates in Social Sciences; labor market in the field of education; Professional trajectories, trajectories training.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1: Os caminhos da pesquisa: procedimentos metodológicos.....	09
1.1: O percurso na coleta dos dados.....	10
1.2: A escolha dos professores.....	12
1.3: As entrevistas.....	13
1.4: Os entrevistados.....	17
Capítulo 2: Trajetórias de formação profissional.....	18
Capítulo 3: Trajetórias profissionais.....	28
3.1. A inserção na profissão docente.....	28
3.2. A entrada na sala de aula: dificuldades no início da docência.....	37
3.3.- Mudanças na prática docente desde o início da carreira?.....	38
Capítulo 4: Relações e condições de trabalho.....	40
Considerações finais.....	57
Bibliografia.....	59

Lista de Siglas

APEOESP: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

ASESP: Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBO: Classificação Brasileira de Ocupação

CEB: Câmara de Educação Básica

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais

HTPC: Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

HTPL: Hora de Trabalho Pedagógico Livre

IFCH: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LC: Lei Complementar

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

OFA: Ocupante de Função Atividade

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PUC: Pontifícia Universidade Católica

SciELO: Scientific Electronic Library Online

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

UNESP: Universidade do Estado de São Paulo -

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

UNIP: Universidade Paulista

Introdução

Este trabalho de conclusão do curso de pedagogia tem por objetivo analisar as trajetórias e a construção de identidades dos professores formados em Ciências Sociais, que ministram aulas em disciplinas fora de sua área de formação.

O que me motivou a pesquisa foi o fato de muitos formados em Ciências Sociais, como eu, ingressam no mercado de trabalho no campo do ensino ministrando disciplinas fora de seu campo de formação.

A disciplina sociologia, no estado de São Paulo teve uma trajetória intermitente nos currículos escolares, ora era disciplina optativa ora encontrava-se fora dos currículos, portanto os formados em cursos superiores de ciências sociais tinham muitas dificuldades em encontrar trabalho como professor de sociologia.

Cabe ressaltar que em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira) a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu um parecer, de caráter normativo, conhecido como Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCN) afirmando que, os conhecimentos de Sociologia poderiam ser atingidos independentes da sua inclusão como disciplina.

“Nesta área incluir-se-ão também os Estudos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania, para o cumprimento do que manda a letra da lei. No entanto é indispensável lembrar que o espírito da LDB é muito mais generoso com a constituição da cidadania e não a confina a nenhuma disciplina específica, como poderia dar a entender uma interpretação literal da recomendação do inciso III do

parágrafo primeiro do Artigo 36, Neste sentido, todos os conteúdos curriculares desta área, embora não exclusivamente dela, deverão contribuir para a constituição da identidade dos alunos e para o desenvolvimento de um protagonismo social e solidário, responsável e pautado na igualdade política". (Parecer CEB nº 15/98, p. 93)

Essa diretriz organizou os currículos nacionais e criou obstáculos para que a disciplina sociologia estivesse presente na formação de jovens que estudam no ensino médio e para a construção de um mercado de trabalho no campo do ensino para os formados em Ciências Sociais. Sobrava a estes a possibilidade de trabalhar em outros campos de conhecimento que concorrem com as ciências sociais.

Se o campo de conhecimento e a formação profissional são fundamentais para construir a concepção de pertencimento a um grupo profissional, como podemos compreender a constituição de processos identitários de professores? As dimensões pessoais e profissionais se interpenetram e interferem na construção de pertencimento aos grupos profissionais, assim foi necessário compreender como as trajetórias dos professores, formados em Ciências Sociais, foram tecidas. Tomamos como referência a escolarização, a origem social e econômica, a inserção na profissão docente e as condições de trabalho a partir de depoimentos orais de três professores que ministram aulas em escolas públicas e ou privadas na cidade de Campinas.

Maria da Glória Bonelli (1993, p.31), analisando as ciências sociais no sistema profissional brasileiro, aponta que os diagnósticos, "isolados do sistema profissional" informam a existência de várias crises, seja do mercado de trabalho,

seja na produção intelectual. A autora propõe que é preciso compreender as ciências sociais como parte de um sistema de profissões competitivo. O termo profissão, na perspectiva da sociologia anglo-saxã refere-se às atividades ocupacionais que requerem diplomas de nível superior para seu desenvolvimento; assim os diplomas são usados para obter posições no mercado de trabalho¹.

Qual é o nicho de mercado reservado ao profissional formado em Ciências Sociais? Talvez fosse o mundo acadêmico fundado no conhecimento especializado, no qual este profissional tem a capacidade de formular e monopolizar os conhecimentos. Os formados em Ciências Sociais disputam um posto de trabalho no mercado com profissionais de outras áreas, como por exemplo, atividades de pesquisas de mercado, atividades jornalísticas, as assessorias a órgãos públicos com enfoques que enfatizam os aspectos sociais.

Onde estão os profissionais formados em Ciências Sociais? Bonelli (1993) buscou junto a ASESP – Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, informações para responder a esta questão e encontrou que 15,7% dos sociólogos estavam trabalhando em instituições de ensino superior; e, 9,6% em instituições de ensino básico. A pesquisa apontou também que 50,3% trabalhavam no setor público.

Há uma grande diversidade nas atividades desenvolvidas no setor público; assim são 6,2% que trabalham na administração pública municipal; 8% na administração estadual; 3,9% na assistência social; 3,8 %, em instituições de

¹ Ver: BONELLI, Maria da Glória. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema de profissões**. Campinas, SP, 1993.

pesquisas. Percebemos então que os sociólogos competem ativamente com as outras profissões. Eles entram nessas áreas aproveitando-se do conhecimento no campo das ciências sociais que permitem ao sociólogo atribuir conotações sociológicas às diferentes atividades que estão na fronteira desta área de conhecimento; também essas profissões ditas vizinhas não possuem o controle do monopólio do mercado.

Convém inicialmente, localizar o leitor deste trabalho na minha trajetória de formação e de trabalho. Formei-me pela - Universidade do Estado de São Paulo - UNESP – campus de Araraquara, em 1999. No ano seguinte à minha formação ingressei no mercado de trabalho como professor na escola pública estadual. Meu projeto inicial como estudante do curso de ciências sociais não era ser professor; era ser pesquisador, pois, desenvolvia uma pesquisa juntamente com o Professor Doutor Bruno Seapk sobre o controle do poder legislativo sobre o poder executivo no IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na UNICAMP. Mas as contingências sociais nos levam a reorientar nossas trajetórias sociais.

As necessidades financeiras levaram-me a buscar aulas para obter um rendimento. Inscrevi-me em 1999 para lecionar em escola pública de ensino do Estado de São Paulo como professor eventual, isto é, aquele que ministra aulas quando um professor se ausenta do trabalho. Paralelamente distribuí meu currículo nos estabelecimentos de ensino privado.

Logo, no mesmo ano, apareceu a oportunidade para lecionar a disciplina Filosofia na escola pública como professor temporário e substituto; foi um curto

período. Continuei lecionando na escola como professor eventual e assumindo as substituições de Filosofia. No mesmo ano ingressei na escola privada de educação lecionando Geografia, matéria que leciono até hoje. Este percurso profissional levou-me a questionar a inexistência de aulas de Sociologia, tanto em escolas públicas como privadas, para profissionais da área de sociologia, assim como o fato de estes estavam lecionando outras disciplinas.

O ingresso no mercado de trabalho no campo do ensino, a princípio me causou certa frustração, pois não só as longas jornadas de trabalho no começo de carreira afastaram-me do trabalho de pesquisa junto a UNICAMP, como também havia uma realidade em que profissionais formados em Ciências Sociais eram professores de outras disciplinas e não da Sociologia. Estas duas frustrações levaram-me a pensar questões relacionadas à carreira profissional.

“O início da atividade profissional é, para todos os indivíduos, um período contraditório. Se, por um lado, ter encontrado um lugar, um espaço na vida ativa corresponde à confirmação da idade adulta, ao reconhecimento do valor da participação pessoal no universo de trabalho, à perspectiva da construção da autonomia, por outro, as estruturas ocupacionais raramente correspondem à identidade vocacional definida nos bancos da escola, ou através das diferentes atividades socioculturais, ou modelada pelas expectativas familiares. Assim, é no jogo de procura de conciliação, entre aspirações de projetos e estruturas profissionais que o jovem professor tem de procurar o seu próprio equilíbrio dinâmico, reajustar, mantendo, o sonho, que dá sentido aos esforços.” (CAVACO, 1991, p.162)

Se, o início das carreiras é marcado pela insegurança, pelas contradições, como construir a profissão? Quais são os percursos profissionais daqueles que ingressaram e permanecem na docência?

Na busca de conhecer melhor a construção do ofício de professor, em 2005 ingressei no curso de Pedagogia da UNICAMP. Nas aulas de Sociologia da Educação a professora Aparecida Neri de Souza trouxe discussões sobre profissão e trabalho docente, o que possibilitou problematizar as carreiras profissionais daqueles formados em ciências sociais que ingressam no mercado de trabalho no campo do ensino.

Assim, a partir desta problematização e da minha experiência profissional surgiu a intenção de estudar os professores licenciados em sociologia que ministram disciplinas fora de seu campo de conhecimento. Em 2009, apresentei o esboço de projeto de pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) que resulta neste trabalho aqui apresentado.

A pergunta que orienta este trabalho é como os formados em Ciências Sociais (licenciatura) se inserem no mercado de trabalho no campo de ensino, em que não há (havia) aulas de sociologia para serem ministradas. Os formados que se encontram trabalhando numa escola – seja ela pública ou privada – constroem que percursos profissionais para se manterem no mercado de trabalho? O fato de não ministrarem aulas de sociologia apresenta que reflexos na construção de identidades profissionais?

Segundo Paradeise (1984) citada por Dubar (1997) a “formação ocupa um lugar estratégico para regular acesso aos empregos, a evolução das carreiras e as remunerações” (p. 170). Assim, cabe interrogar a relação entre a formação de licenciados em ciências sociais e o acesso ao emprego de professor.

“Se os modos de construção de categorias sociais a partir dos campos escolar e profissional adquiriram uma grande legitimidade é certamente porque tanto as esferas do **trabalho** e do **emprego** (...) como a da **formação** (...) constituem domínios pertinentes das identidades sociais dos próprios indivíduos” (DUBAR, 1997, p. 112).

Estamos tomando a noção de identidade como produto de inúmeros processos de socialização, portanto ela é uma construção social ao longo da vida, o emprego é a chave para a construção das identidades sociais. Assim, sendo nos interessou compreender as trajetórias profissionais dos professores.

A partir dos questionamentos sobre as trajetórias profissionais dos licenciados em ciências sociais, foi escolhido um grupo de professores formados em ciências sociais que estão lecionando disciplinas fora de seu campo de conhecimento. Os caminhos da pesquisa serão apresentados no capítulo 1.

O trabalho de conclusão de curso aqui apresentado encontra-se organizado em 4 capítulos, sendo:

Capítulo 1. Os caminhos da pesquisa: procedimentos metodológicos – apresenta não só os procedimentos metodológicos como também os percursos da pesquisa.

Capítulo 2: Trajetórias de formação profissional - compreende a trajetória de escolarização dos professores a partir de sua origem socioeconômica.

Capítulo 3: Trajetórias profissionais - compreende em que circunstâncias se deram o ingresso dos professores na profissão docente e como a construíram.

Capítulo 4: Relações e condições de trabalho - analisa as relações e as condições de trabalho dos professores, assim como discute profissão e carreiras docentes.

Capítulo 1.

Os caminhos da pesquisa: procedimentos metodológicos.

O capítulo tem por objetivo apresentar não só os procedimentos metodológicos como também os percursos da pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se insere na análise sociológica sobre trajetórias e identidades profissionais. As trajetórias profissionais são compreendidas como marcas sociais do *habitus*, ou seja, das disposições de pensamento e ação que, adquiridas ao longo da vida dos professores, tomam forma de trajetórias (BOURDIEU, 2004).

As trajetórias iluminam os elementos que influenciam na profissão, podem ser a escolaridade ou diplomas, a origem social dos pais, entre outros. Assim as trajetórias expressam as posições sociais dos entrevistados e refletem a distribuição desigual dos diferentes capitais, seja ele social ou cultural.

“O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 1998, p.67)

O capital cultural se apresenta sob três estados: incorporado (“na forma de disposições duráveis do organismo”), objetivado (“na forma de bens culturais”) e institucionalizado (certificados escolares) (BOURDIEU, 1998, p.74)

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991) o objeto da pesquisa depende do contexto histórico e cultural na qual está inserido o pesquisador. Observamos na introdução as condições sociais que levaram à escolha da temática desta pesquisa. Neste capítulo interessa observar como procedemos à pesquisa.

Técnica de pesquisa é procedimento destinado a produzir determinados resultados, liga-se, à prática, à ação, mas também aos resultados a que se quer chegar. Metodologia é reflexão sobre os caminhos do trabalho, desde a proposição da pesquisa até sua realização, assim está orientada pela ação do pesquisador. (QUEIROZ, 1992, p. 27).

1.1 - O percurso na coleta dos dados

A pesquisa teve início com o levantamento bibliográfico sobre trabalho e profissão docente dos formados em Ciências Sociais. Como se observará, a seguir, trata-se de uma temática pouco explorada no campo da sociologia e ou da educação. Este item não tem a intenção de apresentar um estado da arte sobre o tema, mas apenas indicar os caminhos da pesquisa.

Além do levantamento bibliográfico foi feito junto à biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp, aos bancos de dados da Capes e Scielo; também foram coletadas leis e regulamentos que regem o trabalho dos professores; com destaque para o site do Sindicato dos Professores – Apeoesp, em especial o Manual do Professor. A legislação coletada permitiu compreender como se

organiza o trabalho de professores em escolas públicas estaduais no estado de São Paulo.

O que se pesquisa sobre construção de identidades e trajetórias de professores formados em sociologia ou em ciências sociais no Brasil? Para responder a esta questão, utilizamos duas fontes de dados: o Banco de Teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o banco de periódicos da Scielo Brasil (Scientific Electronic Library on Line).

Tais ferramentas de trabalho possibilitou-nos realizar a pesquisa por assuntos ou instituição. Optamos pesquisar por assunto para obter uma maior abrangência de trabalhos sobre o tema.

Em coleta realizada junto ao banco de teses da CAPES² pesquisando o assunto "identidade dos professores formados em ciências sociais" nos últimos 10 anos, em dissertações de mestrado e teses de doutorado, não foi encontrada nenhuma publicação.

Pesquisando a expressão: "trajetórias dos professores formados em ciências sociais" nos últimos 10 anos, em dissertações de mestrado e teses de doutorado, também não foi encontrada nenhuma publicação.

Com a expressão "mercado de trabalho para formados em ciências sociais" nos últimos 10 anos, em dissertações de mestrado e teses de doutorado, não foi encontrada nenhuma publicação.

Pesquisando no site da Scielo - Scientific Electronic Library Online³, com as palavras: expressão "identidade dos professores formados em ciências sociais",

² <http://servicos.capes.gov.br/capesdw>. Último acesso dezembro de 2009.

³ <http://www.scielo.br/>. Último acesso dezembro de 2009.

“trajetórias dos professores formados em ciências sociais” e “mercado de trabalho para formados em ciências sociais”, também não foi encontrada nenhuma produção.

Para Lüdke e André (1986) a análise de documentos é uma técnica valiosa, pois, pode complementar as informações obtidas pelas entrevistas e outras técnicas. Assim, trabalhamos com legislação para compreender os processos de seleção e recrutamento, carreira de professores e com entrevistas.

1.2 - A escolha dos professores

A amostra de professores formados em Ciências Sociais, que trabalham com disciplinas fora de seu campo profissional, na cidade de Campinas, objeto desta pesquisa, foi construída a partir de dois movimentos; o primeiro pela via legal, mediante acesso aos órgãos da Secretaria de Educação do estado de São Paulo; e o segundo pela via informal, minha rede de relações sociais.

Primeiramente, com a intenção de compor o grupo de professores a serem entrevistados busquei junto as Diretorias Regionais de Ensino – Leste e Oeste de Campinas - estabelecer contato com os professores formados em Ciências Sociais que atuavam na escola estadual pública. A princípio enviei uma carta para todas as escolas estaduais de Campinas buscando estabelecer contato com estes professores para que posteriormente pudesse entrevistá-los. Poucos professores responderam à minha solicitação e todos os que responderam – em um total de quatro professores - ministravam aulas de sociologia. Então optei em buscar na minha rede de relacionamento os professores que trabalharam (ou trabalham)

comigo, que eram formados em Ciências Sociais; e, que estavam, no momento, lecionando em escolas públicas ou privadas outras disciplinas que não a sociologia. Dessa forma cheguei aos três professores selecionados para serem entrevistados. A ausência de mulheres na minha amostra se dá pelo fato de que na minha rede de relacionamentos na cidade de Campinas não existe nenhuma mulher formada em Ciências Sociais que ministra aulas de outras disciplinas.

O contato com esses professores foi feito pelo telefone ou pessoalmente. Ao contatá-los informei-os dos meus objetivos e assegurei que suas identidades seriam preservadas. Lüdke e André (1986, p. 39) afirmam que é muito importante que o entrevistado esteja bem informado sobre os objetivos da entrevista e de que as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa, respeitando-se sempre o sigilo em relação dos informantes.

Dos três professores que contatei somente um mostrou-se um pouco indisposto a conceder a entrevista, dizendo que se coubesse dentro do seu horário que já era curto e que esta também não fosse muito extensa não haveria empecilho. Por se tratar de um professor que trabalha em uma instituição privada, teve certo receio de que suas declarações pudessem prejudicá-lo. Só aceitou depois que foi reforçado o sigilo de sua identidade e da utilização da entrevista para fins de pesquisa.

1.3. - As entrevistas

Todas as entrevistas foram realizadas nas escolas onde estes professores trabalham e nos intervalos das trocas de turno - do matutino para o vespertino (professor 1), ou no final do turno vespertino (professor 2) e, na troca do turno

vespertino para o noturno (professor 3). As entrevistas aconteceram em locais distintos dentro das escolas: em uma sala de reunião (professor 1), no laboratório de Ciências (professor 2) e na sala dos professores num canto isolado por uma parede de vidro (professor 3). Foram entrevistas curtas, em média 27 minutos, devido o pouco tempo cedido pelos professores, pois estes tinham a necessidade de almoçar ou jantar para iniciar um novo turno. Para a obtenção de dados trabalhei com a técnica de entrevistas com gravador colhendo depoimentos pessoais.

"A técnica de depoimentos pessoais que utiliza o gravador, não abarca um domínio muito extenso no tempo, circunscreve-se ao espaço de investigação representado unicamente pelo presente e pelo passado imediato, isto é pelo período que possa ser armazenado na memória dos indivíduos, dependendo das faculdades intelectuais pelos mais velhos. Porém seu emprego, no que diz respeito ao tempo presente, constitui uma abertura às investigações de todos os grupos e camadas sociais pouco atingidos pelos registros escritos, como grupos indígenas, o campesinato, as camadas inferiores urbanas. Não esquecer também que, mesmo as camadas sociais que manuseiam com frequência a escrita, encerram na memória conhecimentos e lembranças que se perdem no lufa-lufa cotidiano, e que, uma vez gravados, enriquecem o acervo de documentos do presente". (QUEIROZ, 1991, p 74).

Utilizei como técnica para obtenção de dados a entrevista com gravador a entrevista semi-orientada (Queiroz 1991) ou semi-estruturada (Lüdke e André, 1986). O gravador permite ao pesquisador observar pausas, emoções, ordem das idéias dos entrevistados, pois conserva a fala.

Conforme Lüdke e André (1986) aconselham foi organizado um roteiro para guiar as entrevistas através de tópicos a serem abordados. Embora tenham sido entrevistas curtas, foi possível permitir que os entrevistados falassem sem interrupção ou direcionamento das respostas.

Com as entrevistas feitas e gravadas, iniciei a transcrição das entrevistas. Essa outra etapa do trabalho deve reproduzir literalmente o que foi dito e se transforma no documento escrito a ser analisado. Após a transcrição das entrevistas estas foram analisadas conforme orienta Queiroz (1991):

“Diante do texto que assim se obteve – isto é, de uma informação gravada que, depois de transcrita, tomou a forma de uma narrativa – o pesquisador tem três caminhos a seguir: a) leitura cuidadosa do mesmo para ajuizar do seu conteúdo e, então, decidir os cortes que nele poderá efetuar, a partir do material encontrado; b) trazendo já em seu projeto as questões que lhe interessam, procurar no conteúdo do texto as informações que necessita; c) combinar os dois rumos, que não são mutuamente exclusivos, colocando no documento as questões previamente definidas, e levantando do mesmo outros temas que não figuravam em seu projeto, porém que de repente se lhe avultaram como importantes.” (QUEIROZ, 1991, p 97)

Os temas trabalhados na análise das entrevistas são os seguintes:

- ☐ Origem sócio-econômica e trajetória familiar: com o objetivo de compreender a origem socioeconômica do entrevistado, formação dos pais e da profissão.
- ☐ Trajetória de escolarização: com o objetivo de compreender a sua trajetória de escolarização alinhada com a sua origem socioeconômica.
- ☐ Trajetória de formação profissional: com o objetivo de compreender como se forma um professor.
- ☐ Inserção da carreira: com o objetivo de analisar a chegada à profissão docente, quais os problemas enfrentados.
- ☐ Desenvolvimento da carreira: como foram os diferentes percursos, em diferentes escolas, cursos e disciplinas.
- ☐ Condições de Trabalho: como é a jornada de trabalho, o uso do tempo, normas e regulamentos do trabalho, condições dos espaços físicos, relação com colegas, com os superiores hierárquicos, como qualifica as condições de trabalho, como estas condições afetam a saúde.
- ☐ Representações sobre o trabalho docente: Compreender como o professor compreende o seu trabalho.

Cabe ainda ressaltar que para complementar a entrevista e melhor identificar os entrevistados foi elaborada uma ficha de identificação do entrevistado.

1.4. - Os entrevistados

Professor 1. Sexo masculino, 36 anos, solteiro, nascido em São Paulo, filho de migrantes nordestinos. Durante a adolescência trabalhou como vidraceiro e, mais tarde no departamento pessoal da escola que estudava. Estudou em escola pública até o 3º ano do Ensino Médio quando recebeu uma bolsa de estudos e concluiu os estudos em uma escola particular na qual fez um curso pré-vestibular que possibilitou a sua entrada no curso superior em Ciências Sociais na Unesp em Marília graduando-se em 1999. Iniciou sua trajetória como professor em 2000 nas escolas públicas estaduais Vitor Meirelles e Sebastião Ramos. Ministra aulas de História, Sociologia como eventual.

Professor 2. Sexo masculino, 27 anos, solteiro, nascido em Campinas. Trabalhou em despachante durante a adolescência e depois como monitor em um colégio particular. Toda a sua trajetória escolar até o ensino médio se deu na escola pública e ingressou no curso de Ciências Sociais na PUC e depois foi para a Unicamp. Inicia sua carreira como professor na rede estadual em 2006.

Professor 3. Sexo masculino, 55 anos, casado, natural de Campinas, graduado em Ciências Sociais, Odontologia e Direito e ministra aulas de Geografia. Durante a graduação no Curso de Ciências Sociais não precisou trabalhar. Seu primeiro emprego foi como professor no curso pré-vestibular do DCE da faculdade onde cursava odontologia, ministrando aulas de Geografia e História. Hoje trabalha em escolas particulares de ensino em Campinas ministrando aulas de Geografia.

Capítulo 2:

Trajetórias de formação profissional

As trajetórias de formação profissional estão diretamente implicadas com a origem social e econômica dos indivíduos, segundo Pierre Bourdieu. O que aproxima os professores entrevistados quanto à origem social, quanto às escolhas profissionais, os que os aproxima, quais os caminhos construídos, são as questões que pretendo responder neste capítulo.

Os três professores entrevistados têm origem social diferentes, se observarmos a profissão dos pais. Não dispomos de dados sobre a renda familiar para poder localizar a origem social. Mas, estes dados nos permitem inferir que os professores têm extração de classe diferenciada que vai das camadas populares às camadas médias.

Quadro 1. Origem social dos professores

Professores	Profissão e escolarização dos pais
1	Pai – cobrador de ônibus Mãe – costureira Pais com pouca escolarização
2	Pai – metalúrgico Mãe – vendedora Pais com ensino médio
3	Pai – engenheiro e advogado Mãe – empresária Pais com ensino superior

Fonte: Entrevistas

Enquanto o professor 1 e 2 têm origem em famílias de pais que trabalham executando tarefas manuais, que não exigem muita especialização, o professor 3 tem sua origem em família de pai que exerce profissões que exigem maior escolarização

O professor 1 veio de uma família de migrantes nordestinos que vieram para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Estudou em escola pública e, concluiu os seus estudos em uma escola particular na qual seu irmão trabalha. Este fato possibilitou também freqüentar um curso pré-vestibular e entrar em uma universidade pública.

Apesar de estar inserido em um meio no qual as relações sociais não favorecem a construção de um capital cultural, isto é, ser filho de pais com pouca escolarização, a presença de um membro na família com mais escolarização - no caso um irmão professor de Matemática - que trabalhava em uma escola com curso pré-vestibular o estimulou a cursar um curso universitário.

“Meu pai era cobrador de ônibus estudou até a quarta série e minha mãe era costureira. Hoje estão aposentados e voltaram para o Nordeste, moram no interior do Sergipe e vivem da aposentadoria, vivem bem lá. Meu pai está com 70 anos e minha mãe está quase lá. (...) Desde o fundamental até o médio estudei em escola pública, em São Paulo. Por um breve período, pela volta dos meus pais para o nordeste, estudei um tempo lá, depois voltei para Campinas. Terminei o Ensino Médio na rede privada devido a uma bolsa de estudos que meu irmão conseguiu para mim no colégio que ele dava aulas. Ai eu terminei o Ensino Médio e fiz cursinho. Cursei Ciências Sociais na UNESP, em Marília, fiz o bacharelado e depois conclui a licenciatura.”

O professor se formou primeiro em bacharelado e depois em licenciatura. Depois de formado, devido a longas jornadas de trabalho, o professor não encontra tempo para fazer um curso de pós-graduação mesmo sabendo que este o curso lhe possibilitaria ser promovido na carreira docente.

"fazer uma pós-graduação, eu já não penso em fazer uma pós nessa situação. Precisaria não ter que trabalhar tanto para estar fazendo a pós, no Estado me parece que ganha alguns pontos, seria bom para dar aulas em faculdades."

O professor 2 tem uma trajetória de formação parecida com o professor 1. Os pais estudaram até o ensino médio e o professor estudou em escolas públicas durante o Ensino Fundamental e Médio. Ao ingressar no curso superior, tem acesso a uma instituição particular e mais tarde, a uma universidade pública.

Meu pai e minha mãe fizeram até o ensino médio e são trabalhadores. Meu pai é metalúrgico e minha mãe agora é vendedora. (...) Desde o fundamental até o médio, estudei em escola pública, aqui em Barão Geraldo. No José Pedro de Oliveira, depois eu fui para o Wilson Frederich e depois conclui no Barão Geraldo de Resende. O curso superior eu comecei na PUC, depois fui para a Unicamp, onde fiz Ciências Sociais. Fiz o Bacharelado e depois eu fiz a Licenciatura.

Diferentemente do professor 1, o professor 2 projeta para o próximo ano a possibilidade de fazer um curso de especialização.

"no final do ano ou início do ano que vem, estou começando alguma especialização."

Dois dos três professores cursaram a universidade sem trabalhar, o que indica que as famílias puderam dar suporte financeiro para a formação dos filhos,

o terceiro professor trabalhava como monitor em escola de ensino médio, o que lhe garantia a sobrevivência durante sua formação.

Entre os três professores entrevistados, o que mais se diferencia dos demais é o professor 3, pela sua condição sócio-econômica. Seu pai possuía duas graduações e a mãe, apesar de não ter curso superior, era empresária. Sempre estudou em escolas privadas e, quando estudou na rede pública a família procurou uma escola com projeto pedagógico diferenciado. Começou a cursar medicina e, depois estudou Ciências Sociais na Europa, voltou para o Brasil e cursou odontologia e direito. É o único professor a possuir uma pós-graduação, embora esta pós seja em outra área que não a do ensino.

"Meu pai foi multi - profissão foi engenheiro e advogado, exerceu as duas profissões paralelamente. Foi engenheiro climatologista agrônomo e também foi advogado. Minha mãe sempre foi comerciante, tinha um depósito de chocolate da Kopenhagen. Minha mãe só tinha o colegial. (...) Eu fiz pré-zinho e início do primeiro grau no Rio Branco Campinas. Quando faleceu Carlos Zink que era o fundador do Rio Branco mudamos para São João da Boa Vista e terminei o primeiro grau em um colégio do estado que tinha experiência pluri - disciplinar que era um projeto novo na época, fui fazer o colegial em Ribeirão Preto em uma escola particular que era a escola metodista de Ribeirão Preto. Eu sou metodista, fui estudar na escola metodista. Fiz o superior, 2 anos em medicina, larguei fui para a Europa e fiz Sociologia em Coimbra, Portugal. Voltei para o Brasil, peguei os dois anos em medicina e transferi para odontologia me formei em odonto e depois fiz direito e depois mestrado em direito civil."

A escolha do curso de Ciências Sociais se dá também de formas diferentes para os três professores. O professor 1 afirma que a princípio pensou em fazer

História, mas, por influência de um amigo, conheceu o curso de Ciências Sociais e optou pelo curso por motivações acadêmicas.

“Cursei Ciências Sociais na UNESP em Marília fiz o bacharelado e depois conclui a licenciatura. Quando eu decidi prestar faculdade pensava em cursar História e conversando com um amigo ele comentou comigo sobre o curso de Ciências Sociais que era um curso mais completo que o curso de História. Foi aí que eu fui conhecer o curso e me interessei. Então, em 1995 prestei Ciências Sociais.”

Já, o professor 2 escolheu o curso de Ciências Sociais também por motivações acadêmicas, mas com conotação política, pois lhe possibilitaria conhecer melhor a estrutura social e política da nossa sociedade.

“Escolhi Ciências Sociais, pois eu me identifico com a disciplina como também com a necessidade de conhecer melhor a concepção da formação política da nossa sociedade.”

O professor 3 cursou Ciências Sociais na Europa, mais precisamente em Portugal, sua escolha foi por motivações pragmáticas, ele fazia medicina (no Brasil) e em Portugal mudou o percurso indo para um curso que aceitava estrangeiros.

“Fui para a Europa e fiz sociologia em Coimbra, Portugal, era um curso que entrava muitos estrangeiros...”

Nota-se aqui que as escolhas pelo curso de Ciências Sociais ocorrem por diferentes fontes: informações obtidas com um amigo, conhecimento dos objetivos da disciplina ou por ser um curso que aceitava estrangeiros. Para os professores 1 e 2 as motivações eram acadêmicas, para o primeiro o curso mais abrangente e

para o segundo o conhecimento sobre a sociedade; para o professor 3 a motivação era a necessidade de aproveitar o estágio no exterior e fazer uma graduação, a escolha recaiu sobre o curso que aceitava estrangeiros; importante registrar que quando este professor volta ao Brasil ele retoma sua área de graduação anterior (ciências médicas, transferiu-se de medicina para odontologia).

As trajetórias refletem as condições sociais e econômicas dos professores. As famílias e a origem social são fundamentais nas "decisões" ou nas "escolhas" dos indivíduos, como observamos acima.

"Cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente pela taxa de êxito."(BOURDIEU, 1998, pp.41-42).

As trajetórias de formação e também as profissionais dos professores entrevistados nos mostram que a influência da família foi relevante em todos os professores não só para mantê-los estudando como também para possibilitar-lhe acesso a uma profissão. Para Bourdieu (1998), a família é a instituição especial de reprodução social e desempenha um papel fundamental no prosseguimento ou não dos estudos.

A ação do meio familiar sobre o êxito escolar é quase que exclusivamente cultural. Mais que os diplomas obtidos pelo pai, mais mesmo que o tipo de escolaridade que ele segue, é o nível cultural global do grupo familiar que mantém

a relação mais estreita como o nível cultural do pai ou da mãe percebem-se ainda variações significativas no êxito da criança quando os pais são de nível desigual.” (BOURDIEU, 1998, p. 42)

As três trajetórias de formação aqui apresentadas mostram semelhanças, todos tiveram o suporte financeiro da família para realizar a escolarização em instituições educacionais de qualidade (UNESP, PUC, UNICAMP). Entretanto, as diferenças de situação socioeconômica familiar evidencia três percursos profissionais, somente o Professor 3 começou a trabalhar após a conclusão de sua primeira graduação.

O professor 1 teve o incentivo do irmão para os estudos mediante a aquisição de uma bolsa de estudos para terminar o Ensino Médio e para um curso pré-vestibular. Este professor recebeu também apoio financeiro da família para o ensino superior, em nenhum momento precisou trabalhar para se manter no curso.

A família do professor 2 também deu suporte financeiro para o curso superior na PUC, até que este conseguisse um estágio para poder prosseguir com o curso e posteriormente pudesse transferir-se para a Unicamp.

Na trajetória do professor 3 a família deu o suporte financeiro para que ele pudesse estudar em escolas privadas de Ensino Fundamental e Médio; assim como pudesse realizar estudos no exterior e fazer três graduações.

Dos três professores, dois possuíam, na família, professores. O irmão do Professor 1 era professor de matemática e seu principal incentivador; o pai do Professor 3 também foi professor. Se, para o Professor 1 há mobilidade social, em

relação à origem social dos pais, para o Professor 3 há reprodução da situação social da família. O capital cultural dos professores era bastante diferenciado se observamos a formação escolar e emprego dos pais.

Segundo Bourdieu (1998) capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma 'rede durável' de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-reconhecimento.

O autor prossegue afirmando que:

“O volume do capital social que um agente social possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Isso significa que, embora irredutível ao capital econômico e cultural possuído por um agente determinado ou mesmo pelo conjunto de agentes a quem está ligado. O capital social não é jamais completamente independente deles pelo fato de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade” objetiva “e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade.” (BOURDIEU, 1998, p. 67)

A influência do professor 1 está relacionada ao amigo que lhe informou sobre o curso de Ciências Sociais ser “mais completo que história” e ao fato de que o irmão mais velho era professor de matemática, este consegue uma bolsa de estudos na escola onde ele lecionava. Assim influenciado pelo irmão mais velho e pelo amigo optou por fazer um curso superior que dirigia para o magistério, matriculou-se no curso pré-vestibular da mesma instituição que o irmão lecionava.

“Tenho um irmão que é professor de Matemática tive aula com ele e me inspirou muito.”

Diferentemente, o professor 2 não possuía nenhum professor na família, ele se torna professor pelo fato de que durante o curso de graduação trabalhou como monitor em uma escola particular e acabou sofrendo influência dos professores. A trajetória do professor 2 evidencia a contribuição da escola, assim como a experiência como monitor, nas escolhas profissionais.

“... graduação e dali trabalhar como monitor no Anglo, a partir dali, fiquei 4 anos comecei a dar aulas no Estado e depois nas instituições particulares. A prática que influenciou a minha decisão.”

Tal como o professor 1, cujo irmão era professor, o professor 3, de família de professores, tem provável influência do pai que exerceu a função de professor:

“Meu pai tem 20 irmãos, 5 professores, mas isso não serviu de referência para mim. Meu pai enquanto estava no instituto agrônomo foi professor em uma escola que ele fundou na fazenda.”

Se a profissão dos pais e ou irmãos influenciam nas escolhas profissionais, a rede de relações sociais, a escola, as experiências também são decisivas na construção de trajetórias. Este é o caso do Professor 2, que não tendo influências da família, trabalhou em escola e teve influencia dos demais professores na sua trajetória.

Percebemos que a origem social e econômica reflete na trajetória de formação. Os dois professores – 1 e 2 – realizaram um curso universitário motivados por objetivos acadêmicos, pelo fato de que teriam melhor formação, seja pela abrangência do curso, seja pelo escopo político. O terceiro professor teve um percurso diversificado – fez ciências sociais, odontologia e direito –;

deixou a medicina para estudar no exterior e depois abandonou-a pela odontologia; estudou ciências sociais pelo fato de que acolhia estrangeiros; fez direito talvez por que o pai também fizera. Sua origem social permitiu-lhe fazer diferentes percursos. Todos os três freqüentaram instituições de qualidade, tiveram apoio da família, dois puderam estudar sem trabalhar, o que nos permite concluir que as famílias possuem importante papel nas trajetórias escolares e profissionais dos indivíduos.

Capítulo 3

Trajetórias profissionais

Em que circunstâncias se deu o ingresso na profissão docente? Como construíram a profissão docente?

3.1 - Inserção na profissão docente

A inserção do professor 1 no mercado de trabalho se dá ainda na adolescência trabalhando como vidraceiro. Trabalha nesse período sem contrato formal de trabalho. Como filho de migrantes nordestinos, comenta sobre as dificuldades enfrentadas na adolescência e, a necessidade de trabalhar para ajudar em casa. Durante o período que trabalhou como vidraceiro, não teve registro em carteira de trabalho, pois não via este emprego como uma profissão a ser seguida.

Depois trabalhou no departamento pessoal da escola em que foi cursar o pré-vestibular. Ingressou na Universidade, cursou Ciências Sociais que concluiu em 1999. Voltando a Campinas em 2000 foi morar com o irmão. Fez o cadastro para professor na Delegacia de Ensino e como professor eventual em escolas da rede pública estadual.

Começou a lecionar como professor eventual nas escolas estaduais Vitor Meirelles e Sebastião Ramos. Estas escolas eram próximas, possibilitando o rápido deslocamento entre elas, pois, como o professor eventual é um substituto de professores efetivos e ou temporários em suas ausências ao trabalho e não

tem uma carga horária fixa trabalhar próximo à residência e em escolas também próximas permite maior número de aulas. No início da carreira, o professor lecionava História e Geografia e, em algumas oportunidades ministrava aulas de Filosofia e Sociologia. Em 2007, trabalhou em uma escola particular por seis meses como professor de Geografia.

Depois dessa curta experiência, abandonou o magistério e iniciou uma carreira de micro-empresário no ramo de telefonia celular, que é prejudicada devido à crise econômica de 2008. Após essa tentativa, voltou ao magistério como professor eventual nas mesmas escolas onde começou a carreira. Além das aulas na condição de professor eventual, ministrou aulas de História como professor temporário, isto é, como Ocupante de Função Atividade (OFA.)

“Antes de ser professor trabalhei um bom tempo como vidraceiro. Não tenho registro em carteira desse período, sabia que não ia ser a minha profissão. Depois trabalhei no departamento pessoal do colégio que eu fui estudar, ganhei a bolsa e uma oportunidade de trabalhar. Depois da faculdade, em 2000, voltei para Campinas e comecei a dar aulas aqui mesmo no Sebastião Ramos e no Vitor Meirelles... Depois em 2007, meu irmão me indicou no colégio que ele trabalha, apareceu uma oportunidade de entrar em uma escola particular, fiquei 06 meses.”

A inserção do professor 2 no mercado de trabalho se dá também ainda na adolescência, devido a sua origem social e a separação dos seus pais. O professor começou a trabalhar cedo, logo aos 14 anos em um despachante. Ao ingressar no Curso de Ciências Sociais, através de um programa de estágio começa trabalhar como monitor em um colégio particular onde permaneceu por 4 anos.

“Meu primeiro emprego foi aos 14 anos trabalhava com áreas diversas, comecei a trabalhar em despachante, depois tive mais duas ou três experiências até chegar à graduação e dali trabalhar como monitor, fiquei 4 anos.”

Na docência, começa a sua carreira também como professor eventual na rede pública de ensino do Estado de São Paulo e estagiário do colégio que trabalhava.

“Eventual: Eu comecei no Estado, claro, como uma forma de ganhar experiência”

O professor distribuiu currículos pelos colégios particulares de Campinas para ministrar aulas de História. Hoje trabalha na rede pública e privada de ensino. Na primeira como professor de História e, na segunda, com História, Sociologia e Filosofia. Na rede privada de ensino, trabalha em duas instituições, em cidades diferentes.

A trajetória do profissional do professor 3 é a única que se destaca dos demais professores entrevistados. É um professor com mais de uma graduação, cursou Ciências Sociais, Odontologia e Direito. Durante a sua primeira graduação que foi no curso de Ciências Sociais sem precisar trabalhar. Ao ingressar no curso de odontologia, como já havia cursado dois anos de medicina, conseguiu eliminar algumas matérias e, nos dias em que não tinha aulas, começou a dar aulas no cursinho pré-vestibular do DCE da faculdade lecionando Geografia. A partir daí enquanto cursava odontologia, manteve-se na carreira docente e sempre trabalhando em instituições privadas. Foi professor e fundou cursos pré-vestibulares em cidades do interior do estado de São Paulo e Minas Gerais. Hoje leciona Geografia em um Colégio particular.

As formas como os professores se inserem no mercado de trabalho ocorrem de maneiras distintas. Os professores 1 e 2 iniciam a carreira, em escolas públicas estaduais, como professores eventuais, isto é sem contratos de trabalho, pois são substitutos de professores que se ausentam do trabalho, mais tarde tornam-se professores temporários (com contratos por tempo determinado) e finalmente começam a ministrar aulas em escolas privadas. O Professor 3 inicia sua carreira no magistério como professor em cursinho no Diretório dos Centros Acadêmicos (DCE) da universidade, mais tarde professor em instituições escolares de ensino básico e superior e também como co-proprietário de escola.

Quadro 2. Trajetórias profissionais dos professores

Professores	Antes do curso de Ciências Sociais	Durante o curso de Ciências Sociais	Após o curso de Ciências Sociais
1	Vidraceiro Serviços administrativos	Estudante	1. Professor eventual – escola pública 2. Micro empresário 3. Professor eventual 4. Professor temporário 5. Professor escola privada
2	despachante	estudante Monitor colégio	1. Professor eventual 2. Professor temporário 3. Professor escola privada
3	estudante	Estudante	Professor escola privada

Fonte: Entrevistas

O professor 1 inicia a carreira de professor logo depois de formado, com 26 anos, como professor eventual em duas escolas públicas estaduais, um emprego precário marca o início de sua carreira.

“Ai conclui o curso de Ciências Sociais e precisava trabalhar, voltei para Campinas e aí comecei.”

O professor se forma na UNESP, vem para Campinas morar com o irmão que também é professor. Busca a Diretoria Regional de Ensino (ex-Delegacia de Ensino) e cadastra-se para ser professor temporário (Ocupante de Função Atividade), entretanto sobra-lhe apenas o emprego precário como professor eventual.

“Depois da faculdade, em 2000, voltei para Campinas e comecei a dar aulas aqui mesmo no Sebastião Ramos e no Vitor Meirelles que é a 100 metros daqui, tinha 26 anos. Sempre trabalhei com História e Geografia, de vez em quando aparecia umas aulas de Filosofia ou Sociologia. Algumas escolas tinham aulas de Filosofia ou Sociologia. Trabalhava com crianças de 5º série até 3º colegial. Comecei como professor eventual. Aquele que você faz inscrição na Delegacia de Ensino. Comecei no estado como uma forma de fazer alguns pontos.”

Convém esclarecer que há três categorias de contrato de trabalho para os professores da rede pública: efetivo, temporário e eventual.

Como um servidor público estadual o professor é regido pelo Estatuto do Funcionário Público Civil Estadual (Lei nº 10.261 de 28 de outubro de 1968) e pelo Estatuto do Magistério (Lei Complementar nº 444 de 27 de dezembro de 1985). Em ambos fica determinado que a forma de provimento de cargos da série de classes de docentes e das classes de especialistas de educação da carreira do Magistério será feita através de concurso público de provas e títulos (artigo 13 da LC 444/85), portanto somente o professor com contrato de trabalho efetivo tem um cargo conquistado mediante concurso público de provas e títulos. Somente este professor tem estabilidade e direitos agregados ao trabalho.

O professor OFA (Ocupante de Função Atividade) é contratado por tempo determinado conforme estipula a Lei número 500, de 13 de novembro de 1974. Para trabalhar como OFA é necessária a inscrição prévia na Secretaria de Estado da Educação, Diretoria Regional de Ensino, apresentando a documentação exigida no Artigo 8º da Lei 500. A seleção deste professor é realizada mediante a apresentação dos títulos (diplomas) e comprovação de experiência no magistério, quando o professor não tem tempo de trabalho como docente fica muito difícil conseguir aulas em escolas centrais, aulas “livres” ou mesmo um número de aulas exequível numa só escola. Por isso, o Professor 1 nos diz que “pegou aulas” como professor eventual para “juntar” pontos para ter um contrato temporário (como OFA). Os dois professores – 1 e 2 – começaram como eventuais, pois não tinham experiência.

Os professores que trabalham na rede pública de ensino como “eventuais” (Decreto 24.948/86) são aqueles que no impedimento do professor titular de cargo ou OFA de ministrarem aulas, é quem assumem. Este período de substituição pode ser de um (01) até, no máximo, quinze (15) dias. Diariamente se apresentam na escola para substituir o professor que faltou, podem ministrar aulas de qualquer disciplina e recebem somente as aulas ministradas. Portanto, não possuem contrato de trabalho, nem direitos agregados ao trabalho.

O professor 2 tem início de carreira parecido com a do professor 1. Este também começou a dar aula na rede pública de ensino no Estado de São Paulo como professor eventual.

"Não. Comecei como professor efetivo... não efetivo não, OFA, não o eventual. Eu comecei no estado claro como uma forma de ganhar experiência."

Já o professor 3 se formou em Ciências Sociais em Portugal, e volta ao Brasil para continuar seus estudos que havia interrompido (curso de Medicina). Vai cursar odonto e elimina algumas matérias, então, no tempo livre ministra aulas de História e Geografia no cursinho do DCE.

" Quando voltei para o Brasil e fui fazer odonto eu puxei muita matéria do curso de medicina para odonto e eliminei muitas matérias, então eu tinha tempo ocioso e como tinha feito sociologia, tinha vaga no cursinho lá para dar aula de história e geografia eu fui dar aulas de história e geografia com o tempo acabei pegando só geografia que achei mais tranquilo mais gostoso isso em 1975, foi meu primeiro emprego e eu era sócio de um cursinho pré-vestibular que virou colégio em Alfenas."

A relação empregatícia nas escolas privadas é caracterizada pelo trabalho do professor assalariado subordinada à Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Anualmente os Sindicatos de Professores e os empregadores estabelecem as diretrizes dos contratos de trabalho e os direitos trabalhistas mediante uma Convenção Coletiva. No setor público não há negociação coletiva do trabalho docente.

Os professores 1 e 3 construíram uma rede de relacionamentos que contribuiu para se inserirem na carreira docente em escolas privadas. Mas, o que difere o professor 3 do professor 1 é que o primeiro se insere, desde o início da carreira, em instituições privadas de ensino, ora como empregado ora como co-proprietário.

Trabalhar como professor eventual é uma das opções precarizadas para se inserir no magistério público. Dessa forma o professor 1 e 2 iniciam suas carreiras como professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo como professores eventuais, em condições de trabalho precárias.

O professor 3 devido ao investimento de capital - seja este econômico ou cultural – proporcionado pela família ingressará no mercado de trabalho como professor no setor privado e como patrão.

O professor 1 abandona temporariamente o magistério para ser um micro empresário no ramo de aparelho de celulares. Sua empresa fecha devido à crise e o professor volta ao trabalho docente novamente como professor eventual e nas mesmas escolas estaduais onde começou a sua carreira. Segundo o professor esse retorno foi possível, pois já havia trabalhado nas escolas e seu trabalho era conhecido. Atualmente, tem um contrato como professor temporário, mas continua como eventual substituindo os colegas que ausentes. Por vezes, o trabalho como eventual tem o sentido de “bico” para aumentar a renda mensal.

“Quando eu fechei a minha empresa voltei a dar aula como eu já disse. Aqui eles já me conheciam, conheciam o meu trabalho... a diretora, o pessoal da secretaria... isso abriu as portas para mim. Mas passei por todo o processo de voltar a Delegacia fazer

inscrição. Hoje eu tenho dezesseis aulas. Mas completo como eventual."

O professor 2 para se manter na carreira docente buscou trabalhar na rede pública e privada com diferentes disciplinas, o que lhe causa dificuldades para preparar aulas, elaborar trabalhos e planejar as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. Este professor vivencia condições de trabalho muito precárias.

"Eu ministro diferentes disciplinas, com conteúdos diferentes, com públicos diferentes e materiais diferentes, então em cada instituição é necessário se adaptar. Na rede privada com História no fundamental e no médio filosofia e sociologia."

A permanência do professor 3 na carreira docente está ligada a suas diferentes formações – Ciências Sociais, Odontologia e Direito – o que possibilita ministrar diferentes disciplinas. Também, como o professor 2, fazer um trabalho de qualidade com inúmeras disciplinas e diferentes grupos sociais parece difícil. Os três professores são "ministradores de aulas", fragmentadas em diferentes disciplinas; este trabalho que exige uma longa formação universitária parece enfrentar o processo de desqualificação pois não há tempo para atualização, estudo, preparação, etc.

"Sempre trabalhei com Ensino Médio 1º, 2º e 3º, cursinho. Em uma pós-graduação de odontologia. Trabalhei no curso Promove em Belo Horizonte, Varginha, Lavras e Alfenas, Curso que eu comecei Super-Super em Alfenas, dei aulas no MED Campinas, no Objetivo estou desde 1979, dei aula Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Guarulhos, 5 Unidades em SP, Piracicaba, Poços de Caldas e no Didatika em Campinas. Acho que é isso. Na faculdade trabalhei na UNIP- com direito constitucional e na São Leopoldo Mandic de cirurgia buco maxilo."

3.2.- A entrada na sala de aula: dificuldades no início da docência.

Para o professor 1 o primeiro dia de aula poderia ter sido o último, ele relata o medo de enfrentar uma sala de aula. Nota-se que mesmo sendo licenciado, não havia um preparo para a docência, pois a construção da profissão docente se faz na experiência, na vivência da sala de aula.

“Agora a primeira vez que eu entrei para dar aula... parei cinco minutos na porta... ai pensei: É agora ou nunca se eu não entrar agora... nunca mais.”

Enquanto o professor 2 relata que na sua primeira experiência como professor não enfrentou dificuldades, pois já havia ministrado aulas experimentais, como monitor, então ele se achava seguro. Sua formação se fizera na articulação da experiência da monitoria e a faculdade. Assim, o estágio para este professor foi importante preparo para a docência.

“Foi tranquilo mais do que eu imaginava, acho que devido as experiências de estágio que eu tive anteriormente, que eu dei algumas aulas em caráter de experiência, ai eu substituí alguns professores e quando eu comecei a dar aulas no particular e no estado eu já tinha alguma base eu me sentia seguro”.

Já o professor 3, como o professor 1, relata que a sua experiência foi marcada pelo “frio na barriga”, não tinha preparo para enfrentar uma sala de aula então, estudou muito e encarou o medo:

“Não houve um preparo prévio assim não. Eu peguei a matéria e estudei e fui com frio na barriga.”

3.3.- Mudanças na prática docente desde o início da carreira?

O professor 1 iniciou a sua carreira docente em 2000 e destaca como mudança na sua prática docente a aproximação com os alunos, isto é o conhecimento, a experiência em sala de aula, sobre esta geração de estudantes.

"Modificou. Quando eu comecei era tímido, hoje consigo me soltar mais em sala de aula, me aproximei mais dos alunos, eles gostam de mim."

O professor 2 iniciou a sua carreira docente em 2006 e destaca também que foi a experiência e o conhecimento sobre metodologias de trabalho em sala de aula que o fizeram professor.

"Modificou, pois eu tenho mais experiência para saber qual a metodologia"

Enquanto o professor 3 que iniciou a sua carreira docente em 1975 destaca que o que o tornou professor foi, também, a experiência em sala de aula, foi adquirindo mais conhecimento; entretanto lamenta as mudanças no alunado. Aqui observamos que o professor tem uma visão idealizada dos alunos, gostaria que continuassem interessados como era sua geração e os aqueles do início de sua carreira (década de 1970). Hoje é dito que os jovens são menos interessados na escola, que esta perdeu seu valor como lugar de conhecimento.

"Hoje eu tenho muito conteúdo e o tempo agora ficou pequeno. E ao mesmo tempo houve uma inversão na qualidade do aluno. O aluno me cobrava demais e eu sabia de menos e hoje o aluno me cobra de menos e eu sei mais. Essa é a principal diferença desses 30 anos. Eu vejo que hoje o aluno não tem uma base. Antes a elite era a escola pública, eu sei que eu estudei em escola particular e hoje a elite paga a escola particular."

Estes três professores têm em comum a Licenciatura em Ciências Sociais; o fato de ministrarem aulas fora do campo de conhecimento para o qual foram formados, embora todos ministrem aulas no campo das ciências humanas; e a aprendizagem da profissão na experiência da sala de aula. O professor 1 aprendeu a se relacionar com os alunos; o professor 2 aprendeu metodologia de ensino; e o professor 3 adquiriu mais conhecimento sobre seu campo de ensino. Foram construindo a identidade profissional no exercício da prática docente.

Os professores 1 e 2 mais jovens, formados há menos tempo (respectivamente 1999 e 2005) nos informam que constroem a profissão na relação com os alunos, seja compreendo-os melhor, seja aprendendo metodologias de ensinar. Enquanto o professor 3 há mais tempo na carreira docente (desde 1975), com carreira mais estabelecida, nos informa que a profissão se constrói com o conhecimento (chamado por ele de conteúdo), ainda que os alunos tenham se transformado. Cabe aqui ressaltar, o professor 2 interrompeu sua trajetória profissional, buscou ser um microempresário e depois voltou para a educação, provavelmente buscando a estabilidade no trabalho, ainda que transitória dos contratos temporários.

Capítulo 4.

Relações e condições de trabalho

Este capítulo tem por objetivo analisar as relações e as condições de trabalho dos professores a partir da discussão sobre profissão e carreira.

A escola é um local de trabalho dos professores. Claude Dubar (1997), citando Paradeise (1984), define mercado de trabalho fechado como “ espaços sociais onde a distribuição da força de trabalho pelos empregos está subordinada a regras impessoais de recrutamento e promoção”. O trabalho docente, no setor público, pode ser considerado na dimensão de mercado de trabalho fechado.

“ Não é, pois a natureza do trabalho nem sua organização, nem mesmo suas relações internas que asseguram o fechamento deste tipo de mercado institucionalizado. Este fechamento é assegurado pelas condições de funcionamento do sistema de emprego, isto é, do conjunto das relações profissionais institucionalizadas que se organizam a volta de uma super regra que pretende articular os interesses dos trabalhadores aos dos empregadores com a ajuda de procedimentos que escapam as leis do mercado liberal. Entre esses procedimentos, os que dizem respeito à formação ocupam um lugar estratégico para regular o acesso aos empregos, a evolução das carreiras e das remunerações. Trata-se de um sistema de formação, se definirmos formação como socialização, que inclui tanto formações iniciais de inserção no emprego, como formações de alternância que associam a aquisição dos saberes e dos saber-fazer e que permitem a promoção interna efetiva dos assalariados pela comunicação entre os diversos níveis de formação e a caminhada ao longo de um ciclo de vida, que é também um ciclo de aquisição de experiências. Podemos, pois, interpretar este mercado de trabalho fechado como um modo integrado de socialização profissional que permite realizar - em certas condições econômicas e

demográficas – uma articulação eficaz entre os três momentos do processo (formação geral/ formação profissional de acompanhamento de carreira / experiência do trabalho ou ofício que constitui um poderoso argumento de mobilização e de negociação no jogo institucional.” (p. 170)

A formação do professor acompanha estes três momentos em geral, isto é a acadêmica que lhe é individual e, coletivamente a profissional através da carreira e experiência no trabalho ou ofício.

Para Dubar (1997) compreender, saber mais, interrogar constituem as expressões da sua pertença, como um sistema sócio técnico que é fonte de saberes específicos. São saberes profissionais que necessitam serem relacionados com conhecimentos teóricos. Portanto, é através da construção de sua identidade profissional, com seu grupo, profissão e saberes que o professor constrói a sua carreira.

Para Elias (2000) grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder são os estabelecidos por oposição aos *outsiders*. Os estabelecidos se auto-reconhecem e são reconhecidos como parte da “boa” sociedade, construída a partir de uma combinação de tradição, autoridade e influência. O poder dos estabelecidos, em Elias (2000), está fundado no fato de serem um modelo moral. Enquanto os *outsiders* são aqueles que vivem a ausência destas regras e, portanto seriam estigmatizados.

Se a identidade de um grupo funda-se no sentimento de pertencimento a um grupo social, compreender as relações e as condições de trabalho nos possibilita entender como os professores se percebem como parte da categoria magistério. No capítulo anterior, observamos que os professores afirmam que a

profissão se constrói na experiência, na vivência da sala de aula, seja compreendendo quem são os alunos, como dar aula ou sobre o que ensinar. Neste capítulo buscaremos entender as condições nas quais o trabalho docente se realiza. Entendemos por condições de trabalho, como são as jornadas de trabalho, os salários, os contratos, o tamanho das salas, a quantidade de aulas, a autonomia ou não na definição dos conteúdos do trabalho.

Conforme já observado anteriormente, o professor que ministra aulas na rede pública estadual paulista tem seu contrato de trabalho regido pelo Estatuto do Funcionário Público Civil Estadual (Lei nº 10.261 de 28 de outubro de 1968), pela Lei nº 500 de 13 de novembro de 1974 e pelo Estatuto do Magistério (Lei Complementar nº 444 de 27 de dezembro de 1985).

O professor que passou por concurso público de provas e títulos é nomeado como professor efetivo titular de cargo e tem prioridade nas escolhas de aulas, além de ter assegurado os direitos trabalhistas como aposentadoria (LC 444/85 Artigo 36 e 37); décimo terceiro salário (LC 644/89); férias (LC 444/85 Artigo 82); gratificação do trabalho noturno (LC 444/85 Artigo 83); faltas (Lei 10.261/68 Artigo 20); sexta parte (Lei 10.261/68 Artigo 130); remoção (Lei 10.261/68 Artigo 43, 44 e 45), entre outros.

Além dos contratos efetivos há contratos temporários para os Ocupantes de Função Atividade (OFA). Este é contratado por tempo determinado, conforme determina a Lei nº 500 de 1974, e atende a necessidade temporária "de excepcional interesse público", para suprir atividade docente quando há número reduzido de aulas que não justifica a criação de cargo correspondente; quando

houver saldo de aulas disponíveis; quando ocorrer impedimento do responsável pela regência de classe ou magistério de aulas. (conforme o artigo 1º inciso IV)

O professor que trabalha como OFA, teoricamente, tem o contrato limitado ao ano letivo fixado, entretanto há OFAs que trabalham como temporários há várias décadas. O contrato de temporário deverá ser rescindido em qualquer época caso o professor titular retorne. (conforme o artigo 8º inciso II). O contratado o pagamento tem direito ao décimo terceiro salário e férias (artigo 12º); faltas abonadas e justificadas e limitadas (Artigo 14º, 15º e 16º); aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social (Artigo 20º). Mesmo tendo alguns direitos garantidos por lei, não há garantia de emprego para o professor no ano seguinte. Atualmente o governo de São Paulo esta propondo um processo seletivo por provas para que este professor seja mantido no emprego e tenha direito a atribuição ou aulas no ano seguinte.

Há uma terceira categoria de professores que trabalham na rede pública de ensino como “eventuais” (Decreto 24.948/86). O professor eventual é aquele que, no impedimento do professor titular de cargo ou OFA, pode ministrar aulas, por um período de um (01) até quinze (15) dias. O professor eventual não possui contrato de trabalho e cadastrado nas escolas para poder exercer tal atividade. Diferentemente do professor titular de cargo e do OFA, o professor eventual não ministra nenhuma disciplina específica, dá aulas de diferentes disciplinas e recebe seu salário somente pelas aulas trabalhadas durante o mês e nada mais.

Os professores 1 e 2, em início de carreira eram eventuais, como já observado no capítulo anterior.

“Depois da faculdade, em 2000, voltei para Campinas e comecei a dar aulas aqui mesmo no Sebastião Ramos e no Vitor Meirelles que é a 100 metros daqui, tinha 26 anos. Sempre trabalhei com História e Geografia, de vez em quando aparecia umas aulas de Filosofia ou Sociologia. Algumas escolas tinham aulas de Filosofia ou Sociologia. Trabalhava com crianças de 5º série até 3º colegial. Comecei como professor eventual. Aquele que você faz inscrição na Delegacia de Ensino. Comecei no estado como uma forma de fazer alguns pontos.” (professor 1)

O professor 1 relata a insegurança de não ter contrato de trabalho mas é uma possibilidade de “juntar pontos” para conseguir um posto de trabalho futuramente. Como há muitas faltas de professores ele afirma que consegue trabalho sempre.

“Hoje eu tenho dezesseis aulas, foi aqui que eu perdi as sete aulas ontem. Mas completo como eventual. 16 aulas semanais na garantia, por enquanto... Dependendo do dia dou mais aula de eventual do que como OFA. Chego a ganhar mais como eventual que um professor OFA. Começo de manhã e vou geralmente até a noite. Como eventual eu entro em qualquer sala, em qualquer disciplina aí faço o meu trabalho se tiver aula nessa sala, caso contrário se o professor deixar matéria ou qualquer coisa que seja, uns exercícios, textos...”

Já na rede privada, a relação de trabalho assalariado é regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O contrato em carteira é obrigatório desde o primeiro dia de trabalho na escola segundo a convenção entre sindicatos e escolas e deve ser feito com a denominação professor, entretanto há professores contratados como pessoas jurídicas ou terceirizados ou ainda subcontratados.⁴

⁴ Ver estudos de Aparecida Neri de Souza: SOUZA, Aparecida Néri. **Professores e mercado de trabalho**. VI Seminário da REDESTADO. RJ. 2006; SOUZA, Aparecida Néri. **O sentido da desregulamentação do trabalho nas trajetórias profissionais**. XI Encontro da ABET. Campinas, SP. 2009

No que se refere à jornada de trabalho do professor da rede pública estadual no estado de São Paulo, há duas jornadas de trabalho: básica e inicial. A jornada básica de trabalho docente é composta de trinta horas semanais, sendo vinte e cinco horas de atividade com alunos e cinco horas de atividade pedagógica (duas horas na escola – HTPC: Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo – e, três em local de livre escolha do docente – HTPL: Hora de Trabalho Pedagógico Livre) (LC 836/97, artigo 13). A jornada de trabalho inicial do docente consta de vinte e quatro horas semanais, sendo vinte horas de atividade com alunos e quatro horas de trabalho pedagógico (duas horas de HTPC e duas horas de HTPL).

A partir de 16 de julho de 2009, o governador do estado de São Paulo, José Serra, instituiu pela Lei Complementar 1.094/09 duas novas jornadas de trabalho sendo a jornada integral de trabalho docente e a jornada reduzida de trabalho docente. A jornada integral de trabalho docente é composta de quarenta horas semanais, sendo trinta e três horas de atividade com alunos e sete horas de trabalho pedagógico (três horas de HTPC e quatro horas de HTPL). Já a jornada reduzida de trabalho é de doze horas semanais, sendo dez horas de atividade com alunos e duas horas de trabalho pedagógico na escola em atividades coletivas.

Na rede pública estadual paulista as jornadas estão estabelecidas para os professores efetivos; mas, nem todos os professores conseguem completar a sua jornada de trabalho na mesma escola. O caso dos professores temporários (OFA), como o Professor 1, não há garantia de jornada de trabalho, o contrato é por horas aulas suplementares (aquelas que não formam um cargo) ou aulas em

substituição (por mais de 15 dias) ou aulas em escolas novas, este professor pode ministrar aulas também em várias escolas ou trabalhar como eventual na mesma escola substituindo os colegas que ausentes.

“16 fora os eventuais tem vezes que passa das cinquenta, essa semana estou lotado, mas tem dias que são só as minhas.”

Já o professor 2 possui uma carga horária de trabalho maior que o professor 1, mas, com distribuição desigual ao longo da semana, há dias da semana que trabalha os três períodos, enquanto outros dias não há nenhuma aula atribuída, E este professor trabalha em escola pública e privada

“25 aulas semanais. Depende dos dias... na média 5. Só que na Segunda tenho os 3 períodos e na Terça eu não tenho nenhuma aula atribuída. História, sociologia são 19 aulas. Sociologia 3 aulas e Filosofia 3 aulas. De história 5ª série e 1º, 2º e 3º Médio. 5ª série de manhã e ensino médio à noite, no Núcleo que é a escola estadual. A sociologia e a filosofia eu trabalho no período matutino no Ensino médio”.

O professor 3 não trabalha na rede de ensino estadual paulista, somente na rede privada e tem “33 aulas em média 6 aulas diárias”.

Na Convenção Coletiva que rege os professores da rede privada, em Campinas, não existe nenhum item estipulando as jornadas de trabalho para os professores do Ensino Médio ou Fundamental II; entretanto, há um limite de 33 aulas semanais.

O professor 2 informa a diferença salarial entre os professores da escola pública – temporários e efetivos –; e as diferenças de negociação no setor público e privado. Segundo ele, na escola privada, os professores podem pleitear

diretamente ao proprietário aumento salarial o que não acontece na escola pública, pois o patrão é o governo do estado.

“Já o Estado a um maior nivelamento pra um eventual varia em torno de 6 a 8 reais eu não me lembro e pro efetivo tem uma média um pouco maior que é acima de 10 a 12 reais. Na particular ocorre muita negociação de salário quando você tem a autonomia de chegar até a mantenedora, o diretor ou coordenador e mostrar o seu trabalho e ai ele consegue de certa forma buscar um melhor salário. Mas na grande maioria eu imagino que é difícil o professor ir até a coordenação e exigir um salário maior, acaba esperando que venha da organização que tem o controle, gestora”.

Embora este professor informe que há negociação direta entre o empregado e o empregador, não podemos nos esquecer que são os sindicatos de professores que realizam a negociação coletiva anualmente esta resulta na Convenção Coletiva. No setor público não há Convenção Coletiva, nem data base para as negociações salariais, o que resulta, muitas vezes, em greves para mover o campo das negociações.

O professor 1 enfatizou que para ter melhor salário é necessário sair da carreira de professor, isto é fazer outro concurso para diretor ou supervisor de ensino. Para ser promovido dentro da carreira de professor há duas possibilidades, uma pelo tempo de permanência no magistério público (a cada cinco anos os professores tem um aumento de 5%) e a outra pelo aperfeiçoamento profissional mediante cursos de especialização, mestrado e doutorado. Mas como se aperfeiçoar com as jornadas de trabalho intensas e extensas dos professores, parece ser a indagação deste docente.

“Bem a carreira do professor é dar aulas. O bom mesmo é prestar um concurso para supervisor de ensino tem que ter um tempo no Estado e aí prestar uma prova, o salário melhora, ou então ir para a direção aí precisa ter pedagogia, aí me parece que passa de R\$2000. Ou então fazer uma pós-graduação, eu já não penso em fazer uma pós nessa situação. Precisaria não ter que trabalhar tanto para estar fazendo a pós, no Estado me parece que ganha alguns pontos, seria bom para dar aulas em faculdades, tenho um amigo, amigo meu e do meu irmão, é professor de História e foi fazer pós no IFCH, na política, fez sem pressa, pegou umas aulas em uma faculdade privada e ficou dez anos quase fazendo o mestrado sem bolsa, sem pressa...”

O trabalho do professor não se restringe somente à sala de aula, conforme aponta o professor 1 e 2. Ele vai muito além. Preparar aulas, corrigir provas e exercícios, participar de reuniões e conselhos (de classe e ou de escola), atender aos pais, etc. Muitas vezes o lazer se confunde com trabalho. O trabalho acaba ocupando a maior parte do tempo na vida do professor.

O professor 1 descreveu assim seu trabalho extra classe:

“Chego em casa por volta da meia noite. Se tiver alguma coisa pronta eu como se não, prepara qualquer coisa ali rapidinho, vejo uma TV, internet, e vou ver minhas coisas para o dia seguinte. Durante a semana é só trabalho... Se for quantificar o meu tempo 80% trabalho e 20% lazer e família. Acho que lazer e família da 10% para cada é mais ou menos isso, mas, é mais trabalho mesmo”.

O professor 2 destaca também a grande quantidade de horas destinada ao trabalho extra sala:

“A minha preparação de material varia, nas horas vagas, quando eu dou aula de manhã eu preparo o material à tarde para dar aula à noite e quando eu dou aula de manhã eu preparo o material à noite. Eu utilizo na grande maioria das vezes o Sábado e Domingo”.

Como trabalhador do ensino, o professor era um profissional visto há algumas décadas atrás com certo reconhecimento público, portador de um saber, controlador do seu trabalho e era visto como uma autoridade em determinados espaços sociais. Com o processo de urbanização e de industrialização e, conseqüentemente, a necessidade de se educar um número maior de pessoas, houve um conseqüente aumento do número de escolas, alunos e professores. A figura do profissional portador de relativa autonomia didático-pedagógica que exercia controle sobre o seu trabalho, foi se transformando em um assalariado mais barato, expropriado do controle da autonomia sobre seu processo de trabalho que, se tornou cada vez mais fragmentado.

Enguita (1991) afirma que os docentes vivem uma crise de identidades e que a polêmica salarial é somente a ponta do iceberg. Ele situa o professor, polemicamente, entre a profissionalização e a proletarização, como expressão de uma posição social e ocupacional, da inserção em um tipo determinado de relações sociais de produção e de processo de trabalho.

O autor busca na sociologia das profissões, de matriz funcionalista, a análise dos professores como profissionais. A sociologia das profissões constrói uma tipologia com características pré definidas e não reconhece o trabalho do professor contendo os elementos que definem uma profissão, assim o professor seria um semi-profissional.

“Constituem o que no jargão sociológico se designa semiprofissões, geralmente, constituídas por grupos assalariados, amiúde parte de burocracias públicas, cujo nível de formação é similar ao dos profissionais

liberais. Grupos que estão submetidos à autoridade de seus empregadores, mas, que lutam para manter ou ampliar a autonomia no processo de trabalho e suas vantagens relativas quanto à distribuição da renda, ao poder e ao prestígio. Um desses grupos é o constituído pelos docentes.” (p. 43)

Sucintamente o autor define profissão através de cinco características: competência, vocação, licença, independência e autorregulação, conforme o quadro abaixo.

Quadro 3. Características das profissões e os professores

CARACTERÍSTICAS	PROFISSIONAIS	DOCENTES
COMPETÊNCIA	Produto de formação específica, geralmente nível universitário. Reconhecimento social de jargões próprios. Ex: cardiopatia = doença do coração	Professor Fundamental I: educação superior curta, menos prestígio. Professor com nível superior sem licenciatura é visto como técnico e não docente
VOCAÇÃO	O trabalhador não trabalha de maneira venal, mas como serviços aos seus semelhantes, por isso seu trabalho não pode ser pago, seu exercício é liberal e sua retribuição se dá por honorários (elevados)	Profissional com nível superior que renunciou à ambição econômica em favor de vocação social. Quem não soube nem conseguiu algo melhor.
LICENÇA	Campo exclusivo reconhecido e protegido pelo Estado.	Parcial. No ensino informal há total liberdade.
INDEPENDÊNCIA	Duplamente autônomos: frente às organizações e aos clientes.	Parcialmente autônomos frente às organizações e ao seu público. São em sua quase totalidade assalariados.
AUTORREGULAÇÃO	Com base na identidade e na solidariedade grupal, a profissão regula por si mesma sua atuação, através de seu código ético e deontológico.	Sem código ético ou deontológico e de mecanismos próprios para julgar a seus. Existem sindicatos filiados às centrais de classe e sindicatos abertamente corporativos.

Essas características, acima mencionadas, procuram enquadrar o professor num modelo pré-estabelecido, não observam os processos de trabalho, nem as condições ou relações de trabalho. Por outro lado, as análises sobre o trabalho de professores como proletários, de matriz marxista, também não dão conta da complexidade do trabalho docente. Os professores não teriam experimentando o mesmo processo de expropriação dos meios de produção que os demais trabalhadores. Neste sentido, cabe indagar como estudar o trabalho dos professores, seria eles trabalhadores inclusos na classe trabalhadora, teria havido um processo de proletarização da profissão? Para responder a estas questões recorro a Hypólito (1991):

Sim e não. Sim, porque estes últimos estão submetidos a um processo de proletarização que, se não for perfeitamente configurado, está em pleno desenvolvimento. Por outro lado, somente o assalariamento não caracteriza um membro da classe trabalhadora. Um trabalhador é aquele que, além de vender sua força de trabalho, não possui o controle sobre os meios, os objetivos e o processo do seu trabalho. O professor, mesmo já apresentando fortes características daquilo que pode ser definido como classe trabalhadora, ainda que mantém boa parte de controle sobre o seu trabalho, ainda goza de certa autonomia e, em muitos casos, não é facilmente substituído pela máquina. Uma resposta à questão formulada deve levar em conta esta situação ambivalente, contraditória, a que passa o professorado. (p. 13)

Hypólito (1991) afirma que para conseguirmos responder a tal questão formulada a priori, é necessário considerar a situação de ambivalência entre profissionalismo e proletarização. Para Enguita (1991) o docente está em um lugar intermediário entre profissionalização e a proletarização. Para este autor um grupo profissional é um grupo de pessoas, auto regulada, que trabalham para o mercado

diretamente, detendo o monopólio de um determinado bem ou serviço e são protegidos pela lei, portanto, não se submete à legislação alheia. Temos como exemplos desses profissionais ditos liberais os médicos, arquitetos e advogados. Tal grupo de profissionais conserva autonomia no processo de trabalho, privilégios, renda e prestígio.

Nota-se essa perda relativa da autonomia no processo do trabalho do professor através das suas falas. Para o professor 1 as “apostilas” distribuídas pelo governo do estado de São Paulo para implementar as reformas curriculares estariam tirando a autonomia dos docentes.

“O problema é que o governo manda para as escolas umas apostilas para seguirmos e sempre chega atrasado. A do 3º bimestre chegou ontem...”.

Estas apostilas indicam ao professor o currículo prescrito e, portanto retirariam a autonomia do trabalho docente.

Nas escolas privadas e públicas o currículo é pré-estabelecido, isto é prescrito, e deve ser cumprido, não haveria, neste sentido, autonomia de trabalho.

“A grande maioria das vezes o currículo está preparado às exigências das instituições particulares ou estaduais que seleciona um projeto dentro da nossa formação e inclui neste projeto.” (Professor 2)

O professor 3 critica os sistemas apostilados dos colégios privados que exigem a obrigatoriedade de seguir e cumprir o conteúdo, além de tornar o trabalho muito cansativo e monótono tanto para os professores quanto para os alunos.

“Eu acho que o sistema que a gente trabalha é cansativo, fica em cima de apostila, o material

apostilado tem que passar um conteúdo restrito naquele tempo”.

Este professor, conforme indicado no capítulo anterior, informa que sua experiência, como professor, fez construir uma profissão em que o conhecimento ou conteúdo é importante. Assim, a crítica aos sistemas apostilados retira aquilo que parece ser mais importante na constituição do trabalho docente: a autonomia na decisão sobre os conteúdos a serem ministrados.

O professor 1 evidencia as precárias condições de trabalho como as salas superlotadas e manutenção de um sistema secular chamado GLS (Giz, Lousa e Saliva). As relações entre professores e alunos também são conflituosas, tornando o trabalho docente ainda mais árduo:

“As condições de trabalho são aquelas que todos conhecem sala que varia de 40 a 50 alunos, coloca aí na média 45 para cada sala, carteiras em fila, e o GLS: Giz, Lousa e Saliva. Os alunos na totalidade são aqui do bairro, dos arredores da escola, a idade deles regulam com a série... o governo não quer aluno repetente... então tá tudo certinho... Agora problemas com aluno eu não tenho não. O professor que entra na sala como o dono da palavra, da verdade com aquela arrogância, esse tem problemas. Tem professor que todos os dias mandam uma série de alunos para a diretoria. Eu, não que seja a pedagogia da afetividade, trabalho junto com eles, me aproximo deles, aí você ganha o aluno...”.

O professor indica que as diferenças entre as condições de trabalho na escola privada e na escola pública tanto na organização do trabalho como nas funções de apoio ao trabalho docente. Segundo este professor, as salas de aulas nas escolas públicas são mais numerosas que na escola privada; ainda que ambas tenham o mesmo modelo de sala de aula. Na escola privada há mais

controle, mais cobrança que na escola pública. Estes dois aspectos afetam a qualidade do trabalho docente.

“Na maioria os espaços são iguais com carteiras enfileiradas, no modelo educacional que persiste no Brasil, lousa e giz. E a quantidade de alunos... Varia um pouco... nas instituições particulares a tendência é ter salas menores, mais organizadas devido à cobrança e o respaldo da coordenação, já no estado as salas são mais abarrotadas com número mínimo de 40 a 45 alunos por sala.... Geralmente esses alunos já vêm decepcionados com a própria instituição sem que estas tenham conhecimento e estes alunos desmotivam-se ainda mais isto nas escolas estaduais. Ao desmotivá-los eles não prestam atenção nas aulas e aí é preciso fazer um processo de recuperação com estes alunos e aí eles não colaboram, pois aí é necessário fazer atividades fora, extra, em casa, e aí muitos já estão trabalhando e eles dão muito mais importância ao trabalho...”

Se para o professor 2 o tamanho das salas, o número de alunos por professor tem reflexos sobre o trabalho, para o professor 3, que só trabalha na escola privada, o problema é o currículo prescrito, com apostilas, além da organização espacial da sala de aula:

“Eu acho que o sistema que a gente trabalha é cansativo, fica em cima de apostila, o material apostilado tem que passar um conteúdo restrito naquele tempo. O professor não tem uma mesa para que ele possa colocar o material dele, uma cadeira para que ele possa sentar e fazer uma chamada à relação é muito impessoal, você dá aula 6 meses e não faz chamada como que ele vai saber o nome do aluno, então existe um distanciamento do passado. Problemas com aluno existe, pois o pai acha que a escola não é só para ensinar é para educar o filho dele, um depósito, quanto mais o filho fica na escola melhor para ele”.

Ser professor não é vocação e, muitas vezes, a entrada na profissão se dá como estratégia de sobrevivência face as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e também como manutenção da vida acadêmica.

Ser professor é trabalhar extensas e intensas jornadas, ter salas superlotadas, tempo insuficiente para preparar aulas, corrigir provas e exercícios. Às vezes dar aulas fora de seu campo de conhecimento. As regulamentações não são somente sobre o que ensinar, mas também como ensinar. Neste sentido o docente perde a autonomia sobre o seu trabalho, pois as decisões sobre o que ensinar ficam a cargo de instituições superiores. Materiais como o livro didático ou apostilas, passam a representar para os professores o conjunto de conhecimentos a serem transmitidos e a forma de fazê-lo e organizá-lo.

Para Enguita (1991) esta perda de autonomia pode ser considerada também como um processo de desqualificação do posto de trabalho. Vendo limitadas suas possibilidades de tomar decisões, o docente já não precisa dos conhecimentos necessários para fazê-lo. A desqualificação vê-se reforçada, além disso, pela divisão do trabalho docente, que reflete duplamente a parcelarização do conhecimento e das funções da escola. A primeira, através da proliferação de especialistas; a segunda, por meio da delimitação de funções que são atribuídas de forma separada a trabalhadores específicos, desmembrando-as assim das competências de todos: é o caso da orientação, da educação especial, do atendimento psicológico, etc.

Para Appel e Teitelbaun (1991) a perda da autonomia sobre o planejamento e o controle de uma porção do seu trabalho, provoca a perda das habilidades

essenciais, reflexivas e de exatidão. Portanto, tudo aquilo que foi construído ao longo de toda a história da profissão, como por exemplo, currículo, se perde em detrimento da centralização e do controle.

O professor apresenta características de proletarização e de profissionalização. De um lado é um trabalhador que se assemelha a um proletário que perde o controle sobre o seu trabalho, para outro é a profissão qualificada que exige profissionais com formação universitária.

Considerações finais

Os professores, formados em Ciências Sociais (licenciatura), se inscrevem num mercado de trabalho formalizado como é o campo do ensino, entretanto se inserem em empregos precários, contratos temporários, sem direitos agregados ao trabalho, em escolas públicas estaduais na cidade de Campinas. A pesquisa, embora tenha entrevistado somente três professores, encontrou dois deles inseridos em mercado de trabalho informal, isto trabalhando eventualmente sem contrato de trabalho, os chamados professores eventuais. Importante registrar que se trata de trabalho no setor público, em escolas estaduais. Estaríamos diante de mudanças no mercado de trabalho que legitima contratos precários ou sua ausência no setor público? Esta questão não era o objetivo da pesquisa, mas trata-se de problema importante a ser investigado. O trabalho no setor público não parece ser o trabalho estável com direitos, assim os três professores pesquisados buscaram também o trabalho em escolas privadas. Apenas um dos três professores pesquisados permanece dando aulas em escola pública e privada.

A pesquisa também encontrou professores que ministram aulas de diferentes disciplinas no campo das ciências humanas – história, geografia, filosofia e até sociologia - para turmas numerosas em diferentes períodos, escolas e horários. Dos três professores, apenas um ministra aulas de sociologia. São professores com pouco tempo para se aperfeiçoar, para preparar as aulas, estudar, enfim ter um trabalho qualificado.

O trabalho docente, tanto no setor público como no setor privado, é controlado, com pouca ou nenhuma autonomia, devido ao “sistema apostilado” de

ensino. Os currículos escolares são normatizados por meio de apostilas que definem conteúdos e métodos de ensino.

O trabalho docente é espaço de mobilidade social para os professores oriundos das camadas populares. Um dos professores, com pais com pouca escolaridade e trabalhando como cobrador de ônibus e costureira, conseguiu, junto com seu irmão, ser professor, cursar uma universidade pública com qualidade acadêmica reconhecida.

A pesquisa também evidenciou que as famílias têm importante papel na construção de trajetórias profissionais e escolares de seus filhos, não só apoiando financeiramente, mas também valorizando a escolarização. Para as camadas populares a escolarização é sinônimo de mobilidade social e para as camadas médias é preservação de seu lugar de classe.

Finalmente, a profissão e o trabalho docente se constroem nas práticas sociais na sala de aula. É neste espaço que se engendram identidades profissionais. Para todos os três professores a sala de aula criou a concepção de pertencimento a um grupo profissional, no começo difícil articulação com a formação universitária, mas no percurso a aprendizagem da profissão. Assim, a sala de aula permitiu compreender quem são os alunos, a conhecer metodologias de ensino e a aprofundar o conhecimento da disciplina ou área que ministra aulas.

Ficaria aqui uma última questão, após o retorno da sociologia nos currículos escolares, quem são aqueles que ministram as aulas de sociologia? Aqueles que construíram seu trabalho em outro campo de conhecimento permaneceriam ou não neste campo? Enfim, questões a serem exploradas por outros pesquisadores.

Referências bibliográficas

- APPLE, Michael W; TEITEBAUN, Kenneth. **Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e currículo?** In: Revista Teoria & Educação, n. 4, 1991, p 62 – 73.
- BONELLI, Maria da Glória. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema de profissões.** Campinas, SP, 1993
- BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo. Metodologia de pesquisa para sociologia.** Petrópolis, Ed. Vozes, 2004.
- _____. Pierre. **Escritos de educação.** Seleção, organização, introdução e notas Maria Alice Nogueira, Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes. 1998
- _____. **O capital social – notas provisórias.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Pierre Bourdieu – escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998
- CAVACO, Maria Helena. **Ofício professor: o tempo e as mudanças.** In: Profissão professor. Ed. Porto: Portugal, 1991 p. 155 – 191
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Porto: Porto Ed., 1997.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Jorge Zahar: São Paulo. 2000
- _____. **Introdução à Sociologia.** Edições 70: Portugal. 1980. p. 15 - 199
- ENGUITA, Marino Fernandez. **A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.** In: Revista Teoria & Educação, n. 4, 1991, p.42-61.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida.** Campinas, SP: Papirus, 1997.
- GIROUX, Henry. **Pedagogia radical,** SP, Cortez, Autores Associados, 1983.
- HIPÓLITO, Álvaro Moreira. **Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise.** In: Revista Teoria & Educação, n. 4, 1991, p.3-21.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- NÓVOA, Antonio. **Profissão Professor,** Porto - Portugal, Porto Editora, 1998
- ORLANDELLI, Sílvia Helena. **A representação identitária do professor de História: um estudo com depoimentos orais,** Campinas, 1998.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”.** Ceru: São Paulo. Textos. Série 2, n. 10, 1992.

_____, Maria Isaura. **O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha das técnicas: algumas reflexões**. CERU: São Paulo. Textos 3, Série 2, 1992.

_____, Maria Isaura. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, editor, 1995.

SÃO PAULO, (Estado) Lei Complementar nº 444, de 27 de dezembro de 1985, p. 96.

_____, (Estado) Lei Complementar nº 1093, 17 de julho de 2009, p1 e 3

_____, (Estado) Lei Complementar nº 1094, 17 de julho de 2009, p1 e 3

_____, (Estado) Lei nº 10.261 de 28 de outubro de 1968

_____, (Estado) Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Aparecida Neri de. **Sou Professor Sim Senhor: representações do trabalho docente**. Campinas: Papirus, 1996. 235 p.

_____. **Professores e Mercado de Trabalho**. VI Seminário da Redestrado – Regulação Educacional e Trabalho Docente. Rio de Janeiro. 2006.

LEGISLAÇÃO

Manual do Professor APEOESP (São Paulo, SP). 2007. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/manual_professor_2007/manual_2007.pdf. Acesso em: agosto/2009.

Sites:

Banco de Teses Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>.

SciELO Brasil: <http://www.scielo.br/>

Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP): <http://www.apeoesp.org.br>

